



senge-sc

Sindicato dos Engenheiros no Estado de Santa Catarina

BOLETIM

Nº 151 / Abril / 2024

O AFAGO DA “ELETROBRASILIDADE” NA “VIRADA DE CHAVE”



Foi interessante o sincronismo entre as campanhas de marketing da empresa para valorizar os profissionais e, concomitantemente, compreender a fuga do Vice-Presidente de Gente, ao terceirizar o processo de negociação do novo ACT.

Aliás, não é de hoje que são contratadas consultorias a valores questionáveis para as infelizes alterações estruturais nessa **“virada de chave”**. Pena que, ao interpretar o balanço, parece que a Empresa se desfez do selo adquirido de **“Embaixadora da Transparência”**, uma vez que não é possível decifrar o valor que compete ao montante de consultorias contratadas.

Também questionamos o quesito “transparência”, uma vez que, com as previsões da matriz de riscos da Empresa, ao deliberar por um PDV aberto, perdeu-se muito em quantitativo e experiência. A descotização não teria como um grande risco a ausência de profissionais experientes na continuidade e perenidade da energia fornecida?

Não obstante os riscos pela expressiva perda de profissionais experientes, muitos desses colegas receberam treinamentos caríssimos no exterior e acabaram aderindo ao PDV, sem retornar com contribuições para as novas oportunidades de projetos e oportunidades de negócios da empresa.

Com relação aos novos profissionais, visivelmente buscou-se desvalorizá-los e ficou transparente a retirada de benefícios, tanto que um quantitativo surpreendente pediu demissão precocemente. Neste contexto poderíamos creditar este aspecto à “ELETROBRASILIDADE”!

A desvalorização dos profissionais chegou de forma impactante, ao colocar de boca abaixo a necessidade dos gerentes – a maioria empregados de carreira – de pactuar forçosamente a redução de salários. Ficou estampado o desestímulo a esses profissionais, aos quais a empresa confiou os cargos de gerência.

Nesse contexto, já seria aguardado algo do gênero para todos os empregados, como o anúncio, no início das negociações do ACT, da redução salarial em 12,5% para os profissionais de nível superior, considerados **“hipersuficientes”**. Mais uma vez, a experiência é jogada na vala comum, pois os afetados seriam aqueles profissionais com larga experiência, a maioria da nossa categoria, algo visivelmente desprezível e repugnante num setor tão importante.

AS MOTIVAÇÕES PARA ESTRANGULAR O PMSO

Por intermédio da desestatização, abriu-se uma oportunidade para que a maior companhia elétrica da América Latina pudesse alterar o regime de contratação de pouco mais de 15 usinas hidroelétricas, das quais totalizam 7,5 gigawatts (GW) médios de garantia física (critério do quantitativo de energia que um empreendimento de geração pode comercializar). A partir da descotização e em detrimento do Mercado Regulado de Energia, o mercado livre tornou-se mais atrativo, pela competitividade que lhe compete.

Sendo o processo de descotização gradual, o caminho da Eletrobras seria de criar uma estrutura consistente na área de comercialização de energia para transacioná-la no mercado livre, cerca de 7GW desta energia descotizada.

A partir da privatização, seguindo-se o cenário regulatório, a companhia também passou a responsabilizar-se pelo chamado risco hidrológico das pouco mais de 15 supracitadas usinas hidroelétricas, a partir dos novos contratos pactuados. Cabe lembrar que no cenário regulatório anterior ao mercado livre de energia, nos referimos ao mercado regulado, o peso deste risco era assumido pelo consumidor.

Assim sendo, presume-se que a Empresa deseja mais uma vez fortalecer seu caixa para suprir tais riscos à custa do PMSO. Com isso, aquele otimismo da “ELETROBRASILIDADE” se veste na forma de descaso para com os profissionais experientes. Um espelho para os novos colegas abrirem seus olhos e procurarem se aproximar dos sindicatos que os representam legalmente.

Na intenção de estrangular o PMSO, não temos expectativas de manutenção dos auxílios antes concedidos e no futuro do anuênio, cujas interpretações são de anexação aos salários para, em conjunto, serem literalmente podados pela renegociação salarial e redução na margem de 12,5%.

PISO SALARIAL DO ENGENHEIRO FOI DESRESPEITADO PELA “ELETROBRASILIDADE”

Embora o STF tenha instituído a retirada de indexação pelo salário mínimo, sob a ótica do Artigo 5º da Lei 4.950/1966, é um acinte a ELETROBRAS fixar em seus novos programas de aquisição de novos colegas uma remuneração abaixo do instituído pelo STF, e também uma provocação ao SENGE-SC, que já está alerta e pronto para contra atacar no campo judicial. A “ELETROBRASILIDADE”, dentro de um marketing temerário, assumiu o valor de **R\$ 8.320,00**, afugentando até mesmo colegas novos contratados.

“MANDOU MAL” – “A GENTE RECONHECE QUEM FAZ”

Não é novidade para ninguém que a Empresa capitalizada busca quebrar todo e qualquer acordo pactuado. Dentre os acordos praticados no PDV, identificamos práticas diferenciadas, que beiram ao descaso com os empregados. No acordo com os gerentes, no que tange à data de saída, estes adotaram datas diferentes no trato com os empregados. Alguns não foram chamados para o acordo da data de saída, outros até foram convidados ao diálogo, quando uma data de saída foi acordada.

Porém, deliberada e surpreendentemente, a empresa voltou atrás, antecipando a data de saída em meses, sem qualquer comunicado aos empregados e aos sindicatos. Além da terrível campanha da “ELETROBRASILIDADE”, gera-se um **ambiente de insegurança**, forçando aos empregados a produzir trocas de elogios denominados **“Mandou Bem”** na campanha **“A GENTE RECONHECE QUEM BRILHA”**.

ENGENHEIRO FILIADO! SENGE-SC FORTALECIDO!

**Cooperação e evolução
para os novos tempos.**

www.senge-sc.org.br **TV Sengen**

sengescoficial

SengeSC